



A evolução do processo de integração sul-americana: avanços conquistados e dificuldades recentes

Rafael Murgiⁱ • Agosto de 2013

Resumo:

Este artigo analisará a evolução do processo de integração sul-americana, abordando o desenvolvimento institucional das organizações de integração regional, os avanços conquistados até o presente neste processo e as dificuldades recentes para o progresso da integração de uma região com estágios econômicos diferentes e com visões políticas frequentemente divergentes.

Palavras-chave: Integração regional; Política externa brasileira; Organizações internacionais

Abstract:

This article will analyse the evolution of South American integration, covering the institutional development of organisations of regional integration, the advances achieved to date in this process and the recent difficulties to the progress of integration of a region with different economic stages and with frequently divergent political views.

Key words: Regional integration; Brazilian foreign policy; International organisations

Uma tendência da política externa brasileira observada desde o início da década de 1990 é a realização de esforços para a integração regional sul-americana. Nesta área, as principais instituições estabelecidas para atingir este fim são o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL e a União de Nações Sul-Americanas – UNASUL.

Nos anos 1990, o modelo de integração sul-americano foi marcado pelo regionalismo aberto, que coincidiu com as presidências de Carlos Menem e Fernando Collor na Argentina e no Brasil, respectivamente, os quais seguiram as políticas neoliberais preconizadas pelo Consenso de Washington, de 1988, que recomendava privatizações, desregulamentação de mercados e abertura comercial.

Estas políticas trouxeram um período de estabilidade e de aumento do comércio na região até 1997, quando ocorre a crise asiática, que acarreta em diminuição da liquidez e da disponibilidade de investimentos diretos. Em 1999, o Brasil entra em crise e sua desvalorização cambial atinge duramente a Argentina, que entra em crise também em 2001. Em 2002, o Brasil volta a sofrer abalos, às vésperas das eleições que marcam a tendência à esquerda no cenário político do Cone Sul (LIMA; COUTINHO, 2007, p.142).

Com isso, uma década depois da América do Sul ter presenciado, no contexto de afirma-

ção do neoliberalismo nos anos 1990, uma onda regionalista denominada regionalismo aberto, convivem atualmente na região distintas formas de integração regional, fato que se afasta da esperança de existência de uma homogeneização de instituições que resultaria num modelo unitário de democracias de mercado (LIMA; COUTINHO, 2007, p.125).

A integração regional sul-americana nos governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso

A década de 1990 foi caracterizada, na América do Sul, por uma movimentada agenda de negociações comerciais regionais, num contexto regional de substituição dos projetos intervencionistas de desenvolvimento centrados na industrialização protecionista por um modelo neoliberal que transfere para o mercado a tarefa de promover o desenvolvimento. Isto foi demonstrado tanto pela intensificação de acordos de integração já existentes, como no caso dos acordos bilaterais negociados no âmbito da ALADI, que se tornaram mais ambiciosos e abrangentes, quanto pelo estabelecimento de novos mecanismos de integração mais profunda, como no caso dos acordos para criação de uniões aduaneiras e de mercados comuns (VEIGA; RIOS, 2008, p. 4-5).

A integração sul-americana contou, no início dos anos 1990, com a convergência política dos presidentes Fernando Collor e Carlos Menem, que pautaram suas políticas externas com base nas reformas das economias de Brasil e Argentina. Entretanto, quando da assinatura Ata de Buenos Aires, em 1990, tornou-se evidente a divergência de posicionamentos adotados por Argentina e Brasil: enquanto o primeiro país entendia que o MERCOSUL deveria ser um primeiro passo para a integração hemisférica, o segundo enfatizava seu caráter de fórum de fortalecimento da posição regional para eventuais discussões em âmbito continental (MELLO, 2002, p. 37-38).

O contexto da gênese do MERCOSUL no início da década de 1990 foi marcado pelas negociações para a criação do NAFTA – *North American Free Trade Agreement* e pelo lançamento da Iniciativa para as Américas pelo presidente norte-americano George Bush. Neste contexto, a diplomacia brasileira empenhou-se em adotar a estratégia de articular uma posição conjunta com seus vizinhos no Cone Sul para formular uma resposta defensiva à iniciativa norte-americana, ressaltando que ela não deveria contrapor-se aos esquemas de integração em curso na região nem limitar as opções de cooperação com outras partes do globo (MELLO, 2002, p. 37).

A institucionalização da integração regional sul-americana iniciou-se em 1991, com o Paraguai e o Uruguai unindo-se aos esforços de

integração de Brasil e Argentina para a criação do MERCOSUL, pelo Tratado de Assunção.

Fato importante logo após a criação do MERCOSUL foi o final das negociações do NAFTA, em dezembro de 1992. Com isso, passou-se a considerar a possibilidade de inclusão no novo bloco de países latino-americanos, dentre os quais a Argentina e o Chile seriam os candidatos prioritários. Em relação a essa possibilidade, o Brasil foi considerado pelos Estados Unidos como um caso desviante, por conta do seu atraso na implementação de reformas econômicas e na obtenção da estabilização monetária (MELLO, 2002, p. 38).

A partir do governo Itamar Franco, nota-se uma mudança de postura em relação à integração regional em relação à adotada por Fernando Collor de Mello. A integração latino-americana, e particularmente o MERCOSUL, adquiriram um sentido estratégico mais abrangente além da função de catalisadores do processo de liberalização da economia brasileira (HIRST; PINHEIRO, 1995, p. 14).

Assim, novas iniciativas integracionistas foram empreendidas pelo Brasil em âmbito regional. Em dezembro de 1992, durante a VI Reunião da Cúpula do Rio em Buenos Aires, foi lançada a Iniciativa Amazônica, com o objetivo de estabelecer uma área de livre comércio entre Brasil e os países amazônicos. Em 1993, os esforços de integração regional do Brasil foram manifestados por meio da proposta de formação de

uma Área de Livre Comércio Sul-Americana – ALCSA na reunião do Grupo do Rio em Santiago, combinando o MERCOSUL, o Pacto Andino, a Iniciativa Amazônica e o Chile. (HIRST; PINHEIRO, 1995, p. 14-15).

Apesar da ALCSA não ter evoluído institucionalmente como o planejado durante sua formação, a política brasileira de integração regional foi reforçada pelo interesse de Bolívia e Chile em associarem-se ao MERCOSUL, em um cenário de malogro da estratégia norte-americana de expansão do NAFTA a outras áreas do continente (MELLO, 2002, p. 39).

Em 1994, a estratégia norte-americana de unificação hemisférica evidenciou-se pela proposta de formação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, durante a realização da Cúpula das Américas, em Miami, de 9 a 11 de dezembro daquele ano. A Cúpula contou com os chefes de estado e de governo da região, à exceção de Cuba, e foi a primeira do gênero desde a realização da Reunião dos Chefes de Estado Americanos, em 1967, em Punta del Este. No encontro de Miami, decidiu-se pelo início imediato de negociações para estabelecimento da ALCA, as quais deveriam ser finalizadas com prazo em 2005 (MAGALHÃES, 1999, p. 9).

Esta nova iniciativa norte-americana levou o Brasil a ter uma tendência a realizar concessões aos seus parceiros do MERCOSUL para que se atingisse o objetivo de criação de uma união aduaneira até o fim de 1994. A Argentina,

contudo, adotava uma posição mais cautelosa, em direção a uma integração de menor alcance, ante a possibilidade de entrada do País no NAFTA e as dificuldades encontradas no estabelecimento da união aduaneira (MELLO, 2002, p. 39).

Em resposta ao avanço das negociações para formação do bloco hemisférico em 1995, a estratégia da diplomacia brasileira consistiu em expandir as alianças regionais do MERCOSUL por meio da assinatura de acordos de associação, inicialmente com o Chile e com a Bolívia, firmados em 1996 (MELLO, 2002, p. 39).

A integração sul-americana foi definida pela diplomacia brasileira como condição prévia para a integração hemisférica. Esta estratégia é baseada em três argumentos: o avanço do interesse de agentes econômicos brasileiros na América do Sul; o aumento da competitividade destes agentes; e a noção de que o plano norte-americano pretendia deslocar a hegemonia brasileira a favor de seus próprios interesses (CERVO; BUENO, 2008, p. 487).

Em 1997, a diplomacia brasileira avaliou que a diminuição de risco de esvaziamento do MERCOSUL, em curto prazo, provinha da paradoxal recusa do congresso norte-americano em autorizar o Poder Executivo a negociar livremente o estabelecimento da ALCA (CERVO; BUENO, 2008, p. 488).

A desvalorização do real, em janeiro de 1999, representou uma importante prova para o

MERCOSUL. Isto porque, com a desvalorização da moeda brasileira, a Argentina passou a alegar que alguns de seus segmentos industriais estavam sendo seriamente comprometidos pelo aumento das exportações brasileiras, fato que gerou grandes desavenças comerciais.

A partir deste momento, no entanto, expansão da integração regional foi tema importante na agenda de integração sul-americana, o que se evidenciou pela realização de negociações entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina de Nações, na perspectiva da diplomacia brasileira de adesão do Chile ao MERCOSUL e na realização da I Reunião de Presidentes da América do Sul, em Brasília, em 2000, ocasião em que foi proposta a criação de uma zona de livre comércio na América do Sul (CERVO; BUENO, 2008, p. 485).

Além disso, da cúpula de presidentes do subcontinente de 2000 resultou a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA, um importante instrumento para o Brasil de dinamização do processo de construção da integração física sul-americana (COUTO, 2007, p. 165). A integração física possui um caráter distinto da integração precipuamente comercial predominante nos anos 1990, uma vez que suas potencialidades estratégicas, derivadas do alto custo humano e material inicial, manifestam-se principalmente nos prazos médio e longo (LIMA; COUTINHO, 2007, p. 140).

Após a existência de um ambiente internacional parcialmente cooperativo, característico da administração Clinton, que coincidiu com seis anos de mandato de Fernando Henrique Cardoso de 1995 a 2000, a nova diretriz implementada pelo governo de George W. Bush em direção ao unilateralismo criou dificuldades para o mandatário brasileiro. Em resposta a este novo cenário, o governo brasileiro procurou reforçar relações com China, Índia e África do Sul, ao mesmo tempo em que utilizava as negociações entre MERCOSUL e União Europeia para garantir maior espaço de manobra (VIGEVANI et al., 2003, p. 56-57).

A integração sul-americana a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva

Ao assumir a presidência, em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva deixou claro que a integração seria uma das bases de sua administração. A retórica em seu discurso demonstra uma priorização ideológica com o Sul, principalmente com a América do Sul (CASON; POWER, 2009, p. 133).

Uma das manifestações do posicionamento adotado por Lula da Silva foi a continuidade nas negociações para um acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina de Nações, após ser anunciada a assinatura de um acordo entre os blocos no final da

administração Fernando Henrique Cardoso (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 310).

Em 2004, diante da necessidade de extensão da integração regional a toda América do Sul, do destaque da agenda política inerente ao processo e como resposta às dificuldades em se cumprir os objetivos econômicos da integração, é criada a Comunidade Sul-Americana de Nações - CASA, que surge como uma alternativa de intensificação das relações econômicas na região e de aumento de seu poder de barganha nos contextos hemisférico e internacional (LIMA; COUTINHO, 2007, p. 131).

Este processo de criação de mecanismos institucionais de promoção da integração sul-americana iniciado pelo estabelecimento da CASA foi complementado pela aprovação, durante Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, em 23 de maio de 2008, do tratado constitutivo da UNASUL, organização formada pelos doze países da América do Sul. Dez países já ratificaram seu tratado (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela), o qual entrou em vigor em 11 de março de 2011, após o Uruguai ter depositado seu instrumento de ratificação, cumprindo-se, assim, o requisito de nove ratificações necessárias para a entrada em vigor do Tratado. A UNASUL tem como objetivo a promoção da integração regional, baseando-se na convergência de interesses e no desenvolvimento econômico e social da região.

Dificuldades recentes para o progresso da integração sul-americana

Sobre as dificuldades encontradas para a integração regional liderada pelo Brasil, no âmbito do MERCOSUL, Vigevani e Cepaluni (2007, p. 313-313) afirmam que

A estagnação na afirmação do MERCOSUL, ainda que este seja impulsionado por iniciativas e ativismo no campo social, parlamentar e de outros setores da sociedade e do governo, resulta de razões estruturais. No caso brasileiro, consolidou-se a resistência de alguns setores empresariais, que perderam o interesse regional e percebem potenciais maiores nos mercados dos Estados Unidos e da União Europeia. Ao longo do governo Lula da Silva, não se fortaleceu na sociedade a vocação regionalista. Lógicas regionais internas, a grande pobreza de alguns Estados, problemas que vão se agravando, como a criminalidade, a ideologização de debate sobre política regional e internacional, a busca de resultados imediatos por meio de relações econômicas mais intensas com tradicionais centros dinâmicos da economia mundial são fatores que podem afetar a relação com o MERCOSUL construída nas décadas de 1980 e 1990.

Além disso, embora desde 1991 o governo brasileiro tenha escolhido o MERCOSUL como base de suas ações externas nas áreas de política e economia, parece existir certo cansaço e desgaste paradoxal em relação ao MERCOSUL no exato momento em que existe um consistente interesse político no processo de integração no âmbito do bloco regional (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 313).

No que concerne às relações entre Argentina e Brasil, a colaboração mútua a partir da segunda metade dos anos 1980, a qual se estendeu até a década de 1990, vem encontrando uma série de empecilhos para sua plena materialização devido às dificuldades dos países em alcançar uma convergência de visões necessárias à integração (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 314).

A Argentina passou, durante os anos 1990 e a crise de 2001, por um processo de desindustrialização, fato que evidenciou suas assimetrias em relação ao Brasil e serviu como fonte adicional de tensões no MERCOSUL. Além de ter havido um crescimento exponencial dos investimentos brasileiros na Argentina, os manufaturados, que respondem por quase a totalidade de exportações brasileiras para a Argentina, são responsáveis por menos de 30% das exportações argentinas para o Brasil (CERVO; BUENO, 2008, p. 512-513).

A Argentina, que se torna deficitária em relação ao Brasil após ter sido superavitária a maior parte do tempo desde a criação do MERCOSUL, toma, então, medidas unilaterais de restrição à importação de produtos brasileiros, o que representa uma inversão do que se espera de um processo de integração. Como consequência, há uma deterioração do interesse dos agentes econômicos em relação ao MERCOSUL e um direcionamento das relações do Brasil para fora do bloco, seguindo sua necessidade de conquista

de novos mercados (LIMA; COUTINHO, 2007, p. 145-146).

Veiga e Rios (2008, p. 5) apontam que o bloqueio da agenda do MERCOSUL e a falta de perspectiva de retomada do aprofundamento da integração regional decorrem da persistência de regimes especiais de importação e de exceções à tarifa externa comum – TEC, em resposta às queixas crescentes dos países pequenos, e da falta de interesse da Argentina, a qual tem adotado uma política cada vez mais protecionista, em aprofundar a união aduaneira e em atuar em bloco nas negociações comerciais internacionais.

Outras dificuldades para a integração regional também merecem ser citadas. Primeiramente, apesar do MERCOSUL ser a área de maior significado comercial para Uruguai e Paraguai, os Estados Unidos, pela potencialidade de seu mercado, possuem alta capacidade de influência sobre esses países. Em segundo lugar, existe no bloco uma ausência de políticas de desenvolvimento regional que possam trazer certa convergência econômica e estímulos financeiros a cadeias produtivas (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 319).

Deve-se citar também o fato de que os acordos de livre comércio possuem mais rápido êxito em mercados com certo grau de integração. O seu avanço, após o estágio inicial de aproveitamento das vantagens comparativas entre os países-membros, geralmente acarreta em níveis mais elevados de oposição doméstica, gerada a

partir da politização de setores econômicos deslocados com o advento da cooperação regional (LIMA; COUTINHO, 2007, p. 128).

Tendência recente também verificada na América do Sul, nos últimos anos, é o processo de revisão crítica das políticas econômicas adotadas na região nos anos 1990. Inserido num amplo contexto internacional de expansão do nacionalismo econômico e do protecionismo, tem emergido na região, por meio de iniciativas como a UNASUL e a ALBA, um regionalismo pós-liberal que tem demonstrado uma propensão a definir um novo conjunto de prioridades e uma agenda renovada vinculada ao direcionamento do poder político à esquerda em muitos países na região (VEIGA; RIOS, 2008, p. 2).

Os movimentos de revisão política de países como Argentina, Venezuela e Bolívia, entretanto, apresentam importantes diferenças, de acordo com Veiga e Rios (2008, p. 10), uma vez que

[...] apenas na Argentina há um claro recrudescimento do protecionismo comercial, concentrado na resistência à redução de tarifas para produtos industriais nas negociações da OMC, na imposição de barreiras às exportações brasileiras deste tipo de produtos e na imposição de restrições às exportações de produtos alimentícios. Venezuela e a Bolívia parecem mais preocupadas em rever políticas relacionadas aos investimentos estrangeiros e às regras para serviços, tendência que também se observa, embora de forma menos estridente politicamente, no caso da Argentina, no que se refere ao tratamento concedido a empresas estrangeiras que investiram em serviços de infraestrutura (água e esgoto, energia).

No ambiente pós-Consenso de Washington, estratégias de desenvolvimento distintas, incluindo aquelas que se distanciam do padrão liberal, possuem maior aceitabilidade. É neste ambiente que muitos países da América Latina desenvolveram um processo de revisão de políticas em prol do desenvolvimento, a partir de um diagnóstico de mau desempenho econômico herdado das estratégias implementadas nas décadas anteriores. Como parte deste processo, os projetos de integração regional são questionados por estarem vinculados à estratégia liberal dominante nos anos 1990 (VEIGA; RIOS, 2008, p. 9).

Como resultado, há na região uma propensão muito menor à liberalização comercial unilateral, uma crescente resistência em alguns países ao aprofundamento da liberalização preferencial e um processo de revisão dos regimes de investimento estrangeiro direto implementados na década de 1990, caracterizados por serem em geral bastante liberais. (VEIGA; RIOS, 2008, p. 6).

Num ambiente de forte politização das agendas de política comercial e dos projetos de integração, parece haver, apesar da tendência à expansão sem limites do processo de integração regional, uma propensão ao estabelecimento de mínimos denominadores comuns aceitáveis por todas as partes. Ademais, com a migração da Venezuela da Comunidade Andina de Nações

para o MERCOSUL e a assinatura de acordos de livre comércio por países andinos com os Estados Unidos, a perspectiva de uma aproximação entre os dois blocos sub-regionais sob a égide da UNASUL se enfraquece em detrimento de uma divisão entre os blocos que segue alinhamentos políticos (VEIGA; RIOS, 2008, p. 14-15).

Veiga e Rios (2008, p. 15-16) apontam três variáveis internas e duas variáveis externas como passíveis de influenciar o processo de integração regional sul-americano nos próximos anos, quais sejam: o grau de politização das agendas comerciais dos países da região; a evolução política no Brasil, maior país da região; o interesse de grupos privados com relação aos fluxos de comércio e investimentos intrarregionais; o ambiente mundial de fracos resultados das negociações multilaterais de liberalização comercial e de recrudescimento do protecionismo; e a evolução macroeconômica dos principais *players* em âmbito internacional e seu impacto sobre os preços das *commodities* exportadas pelos países da América do Sul.

Conclusão

O processo de integração sul-americano tem apresentado tanto resultados positivos concretos de grande impacto para os povos da região como evidentes fraquezas que dificultam o aprofundamento deste processo. Cervo e Bueno (2008, p. 483-486) apontam seis aspectos benéficos logrados com o processo de integração regi-

onal, quais sejam: a promoção do conhecimento e a demolição de preconceitos entre os países; a criação de uma zona de paz no Cone Sul, com efeitos sobre toda a América do Sul; a elevação do comércio regional; a transformação do MERCOSUL em sujeito de direito internacional, em 1994; o fortalecimento do poder de barganha do MERCOSUL e de seus membros; e a alavancagem da ideia de América do Sul. As fraquezas do processo de integração na região também totalizam seis: distintas visões de mundo entre os membros que dificultam a negociação coletiva; a dificuldade de coordenação de políticas devido à recusa em sacrificar a soberania; a desmoralização do mecanismo da tarifa externa comum; a falta de mecanismos de superação das desigualdades entre os membros; a existência de contenciosos comerciais entre Brasil e Argentina; e a ausência de instituições comunitárias.

As dificuldades de integração inerentes às disparidades estruturais dos países-membros do MERCOSUL tornaram-se ainda mais evidentes a partir da vitória de candidaturas de esquerda na região e da adoção de políticas nacionalistas de recuperação econômica em resposta às crises em países emergentes nos últimos anos do século XX, uma vez que tais políticas têm por objetivo proteger seus mercados e afastar qualquer medida que resulte em perda de autonomia governamental na condução de políticas de desenvolvimento (LIMA; COUTINHO, 2007, p. 146).

O futuro da integração regional sul-americana estará, neste cenário, condicionado à evolução política doméstica dos países do subcontinente. No ambiente atual de fortalecimento do nacionalismo econômico e de forte politização das agendas de política comercial, os cenários para avanço do processo de integração na América do Sul não podem ser muito otimistas.

Contudo, os anos 2000 podem ser analisados como um período de oportunidade de mudança de paradigmas de integração regional sul-americana, do regionalismo aberto prevalente na década de 1990 para um modelo de integração física e produtiva, em que o Estado volta a ter papel relevante como indutor de um projeto de integração com potencial de ser mais duradouro, operando este desta vez em parceria com a iniciativa privada. Este modelo possui o diferencial de ser menos vulnerável a novas alterações de orientação política em âmbito doméstico e internacional. Apesar de certo pragmatismo na região para a concretização da integração física da América do Sul, o sucesso desse processo, que se encontra em curso, não está assegurado (LIMA; COUTINHO, 2007, p. 147-150).

Referências

CASON, J.W.; POWER, T.J. Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era. *International Political Science Review*. Thousand Oaks, 30: 117, 2009.

CERVO, A.L.; BUENO, C. História da política exterior do Brasil. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 2008.

COUTO, L.F. O Horizonte Regional do Brasil e a Construção da América do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, 50 (1): 159-176, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n1/a09v50n1.pdf>> Acesso em: 3 out. 2011.

HIRST, M.; PINHEIRO, L. A política externa do Brasil em dois tempos. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, 38 (1): 5-23, 1995.

LIMA, M.R.S.; COUTINHO, M.V. Uma versão estrutural do regionalismo. In: DINIZ, E. (org.). *Globalização, Estado e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MAGALHÃES, F.S. Cúpula das Américas de 1994: papel negociador do Brasil, em busca de uma agenda hemisférica. Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de Estudos Estratégicos, Brasília, 1999. Disponível em <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0020.pdf>> Acesso em: 29 jan. 2013.

MELLO, F.C. Política externa brasileira e os blocos internacionais. São Paulo em perspectiva. São Paulo, 16(1): 37-43, 2002.

VEIGA, P.M.; RIOS, S.P. O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas. *Breves CINDES*. Rio de Janeiro, agosto de 2008.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol.29, n.2, julho/dezembro 2007.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M.F.; CINTRA, R. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. *Tempo Social*, São Paulo, vol.15 no.2, 2003.

Recebido em 06 de maio de 2013

Aprovado para publicação em 23 de maio de
2013

ⁱ Graduado em Ciências Econômicas pelas USP e Mestrado em andamento em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação Santiago Dantas (UNESP, Unicamp e PUCSP).